

Resumo executivo

# Estudo Econômico da América Latina e do Caribe **2024**

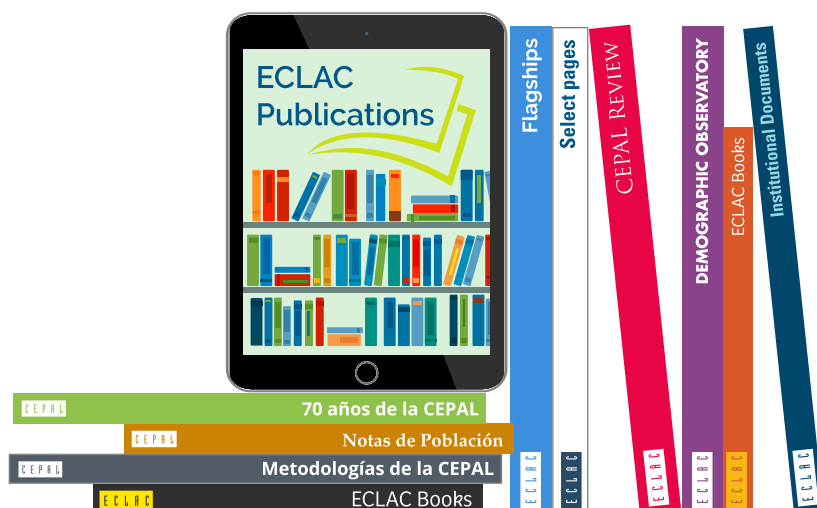
Armadilha de baixo crescimento,  
mudança climática e dinâmica  
do emprego



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

# Thank you for your interest in this ECLAC publication



Please register if you would like to receive information on our editorial products and activities. When you register, you may specify your particular areas of interest and you will gain access to our products in other formats.

[Register](#)



**ECLAC**



[www.cepal.org/en/publications](http://www.cepal.org/en/publications)



[www.instagram.com/publicacionesdelacepal](https://www.instagram.com/publicacionesdelacepal)



[www.facebook.com/publicacionesdelacepal](https://www.facebook.com/publicacionesdelacepal)



[www.issuu.com/publicacionescepal/stacks](http://www.issuu.com/publicacionescepal/stacks)



[www.cepal.org/es/publicaciones/apps](http://www.cepal.org/es/publicaciones/apps)

Resumo executivo

# Estudo Econômico da América Latina e do Caribe **2024**

Armadilha de baixo  
crescimento, mudança climática  
e dinâmica do emprego



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

**José Manuel Salazar-Xirinachs**  
Secretário Executivo

**Javier Medina Vásquez**  
Secretário Executivo Adjunto a. i.

**Daniel Titelman**  
Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico

**Sally Shaw**  
Diretora da Divisão de Documentos e Publicações

O *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe* é um documento anual da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A elaboração da edição de 2024 foi chefiada por Daniel Titelman, Diretor da Divisão, e a coordenação esteve a cargo de Daniel Titelman e Ramón Pineda Salazar.

Agradecemos a colaboração da Divisão de Estatísticas, Divisão de Comércio Internacional e Integração, sedes sub-regionais da CEPAL na Cidade do México e Port of Spain e escritórios nacionais da Comissão na Argentina, Bogotá, Brasília, Montevideu e Washington, D.C.

As seções do primeiro capítulo, "Panorama regional", baseiam-se em insumos preparados pelos seguintes especialistas: Cecilia Vera, Pablo Carvallo e Jeanelle Clarke (tendências da economia mundial), Esteban Pérez Caldentey (liquidez global), Christine Carton e Pablo Carvallo (setor externo), Claudio Aravena, Sonia Albornoz e Ramón Pineda Salazar (atividade econômica), Ramón Pineda Salazar, Claudio Aravena, Sonia Albornoz e Tomás Gálvez (emprego e salários), Ramón Pineda Salazar e Temitope Farotimi (preços), Noel Pérez Benítez, Michael Hanni, Ivonne González, Patricia Weng, Elisa Araneda e Dalmiro Morán (política fiscal), Francisco Villarreal, Francis Peñaloza e Alejandra Acevedo (políticas monetária, cambial e macroprudencial), Pablo Carvallo, Christine Carton, Ramón Pineda Salazar e Claudio Aravena (projeções econômicas), com a colaboração das sedes sub-regionais e escritórios nacionais. Ramón Pineda Salazar e Tomás Gálvez coordenaram a elaboração do anexo estatístico em colaboração com Alejandra Acevedo, Claudio Aravena, Pablo Carvallo, Tomás Gálvez, Ivonne González, Michael Hanni e Sonia Albornoz.

Os capítulos da segunda parte, "Armadilha de baixo crescimento, mudança climática e dinâmica do emprego", foram coordenados por Daniel Titelman e Ramón Pineda Salazar. Na elaboração dos capítulos participaram: capítulo II, Ramón Pineda Salazar, Claudio Aravena, Tomás Gálvez e Sonia Albornoz; capítulo III, Ramón Pineda Salazar, Sonia Albornoz, Claudio Aravena e Tomás Gálvez; e capítulo IV, Ramón Pineda Salazar, Claudio Aravena, Tomás Gálvez e Sonia Albornoz.

As notas sobre os países foram elaboradas pelos seguintes especialistas: Alejandra Acevedo, Sonia Albornoz, Anahí Amar, Claudio Aravena, Christine Carton, Pablo Carvallo, Martín Cherkasky, Georgina Cipoletta, Jeanelle Clarke, Temitope Farotimi, Tomás Gálvez, A. Randolph Gilbert, Enrique González, Camila Gramkow, Michael Hanni, Michael Hendrickson, José Iraheta, Álvaro Lalanne, Jesús López, Ana Luíza Matos, Sheldon McLean, Claudia Ospina, Roberto Orozco, Ramón Padilla, Machel Pantin, Angela Penagos, Francis Peñaloza, Noel Pérez Benítez, Esteban Pérez Caldentey, Ramón Pineda Salazar, José Porcile, Manuel Quesada, Juan Carlos Rivas, Indira Romero, Jesús Santamaría, Nyasha Skerrette, Francisco Villarreal e Patricia Weng.

As Nações Unidas e os países que representam não são responsáveis pelo conteúdo de links a sites externos incluídos nesta publicação.

---

Publicação das Nações Unidas  
LC/PUB.2024/14 • Distribuição: G • Copyright © Nações Unidas, 2024 • Todos os direitos reservados  
Impresso nas Nações Unidas, Santiago • S.2400808[P]

---

#### Notas explicativas:

Os três pontos indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.

O travessão indica que a quantidade é nula ou desprezível.

A vírgula é usada para separar os decimais.

A palavra "dólares" se refere a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário.

A barra entre cifras que expressam anos (por exemplo, 2023/2024) indica que a informação corresponde a um período de 12 meses que não coincide necessariamente com o ano civil.

Devido a que às vezes se arredondam as cifras, os dados e as porcentagens apresentados nos elementos gráficos nem sempre somam o total correspondente.

Esta publicação deve ser citada como: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe*, 2024. *Resumo executivo* (LC/PUB.2024/14), Santiago, 2024.

A autorização para reproduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Divisão de Documentos e Publicações: publicaciones.cepal@un.org. Os Estados Membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Somente solicitamos que mencionem a fonte e informem à CEPAL tal reprodução.

# Apresentação e Resumo executivo

---

Apresentação .....	5
Resumo executivo.....	7
A. América Latina e Caribe: a armadilha do baixo crescimento e as restrições macroeconômicas .....	7
B. A armadilha do baixo crescimento, a mudança climática e a dinâmica do emprego.....	18
Bibliografia.....	21



## Apresentação

Em sua edição número 76, o *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe 2024* consta de três partes. A primeira parte resume o desempenho da economia da região em 2023 e analisa sua evolução nos primeiros meses de 2024, bem como as perspectivas de crescimento para 2024 e 2025. Destacam-se os fatores externos e internos que incidiram no desempenho econômico da região e que condicionarão o crescimento econômico nos próximos anos.

A segunda parte aborda a dinâmica macroeconômica e setorial do emprego nos países da América Latina. O capítulo II, “Crescimento e dinâmica setorial do emprego na América Latina”, examina a maneira como o recente período de baixo crescimento afetou a criação de empregos nessas economias. Os resultados principais revelam uma estreita correlação entre o crescimento econômico e a criação de empregos, tanto no nível agregado como no setorial. A desaceleração econômica observada resultou em diminuição da taxa de crescimento do emprego na última década. Esta tendência à queda na criação de empregos se reflete de maneira uniforme em todos os setores econômicos, provocando uma mudança na distribuição setorial do emprego. Da mesma maneira, observa-se que em sua maioria os novos empregos se concentram em setores com menor crescimento da produtividade, como alguns serviços e a construção.

O capítulo III, “Emprego informal na América Latina de 2013 a 2022: evolução e tendências”, analisa a evolução do trabalho informal durante esse período em diversos setores e ramos produtivos. Utiliza-se um modelo *probit* para analisar os efeitos do crescimento econômico e variáveis socioeconômicas sobre a probabilidade de que uma pessoa ocupada tenha um emprego informal.

Os resultados apontam que entre 2013 e 2022 o emprego total aumentou 10%, com um crescimento de 18,6% do emprego informal e 3,3% do emprego formal. Ao decompor os dados por gênero, observa-se que o emprego informal entre as mulheres cresceu 22,8%, em comparação com um crescimento de 15,7% entre os homens, o que mostra um viés de gênero no trabalho informal. De maneira semelhante ao padrão setorial do emprego total, a informalidade se concentra em setores com menor crescimento da produtividade, que abrangem 74% das pessoas com trabalho informal. Por outro lado, o capítulo destaca que ser mulher e a existência de dependentes no domicílio aumentam a probabilidade de ter um trabalho informal. Portanto, as políticas que fomentem a economia do cuidado podem potencializar a criação de empregos e aumentar a produtividade, facilitando o acesso das mulheres ao mercado de trabalho formal. O estudo também mostra como a probabilidade de que um trabalhador seja informal diminui à medida que aumenta seu nível educacional.

Por último, o capítulo IV, “Impacto da mudança climática sobre a criação de empregos nas economias da América Latina”, analisa a forma como o impacto climático poderia afetar a dinâmica de crescimento e a criação de empregos na região. A elevada exposição da América Latina à mudança climática, devido à sua localização geográfica e dependência de setores expostos como a agricultura e o turismo, se destaca como um risco significativo. Sem políticas adequadas de adaptação e mitigação, a mudança climática poderia ter efeitos adversos importantes no crescimento econômico e no emprego na região. Modelos estimados mostram que, num cenário sem mitigação, o PIB e o emprego poderiam sofrer reduções significativas até 2050, o que evidencia a necessidade urgente de contar com políticas que promovam um desenvolvimento sustentável e inclusivo na região.

Os resultados desses três capítulos mostram que a armadilha de baixo crescimento em que se encontram as economias da região provocou uma redução na capacidade de criação de postos de trabalho, particularmente os formais, e que jovens, mulheres, idosos, pessoas com baixo nível educacional, migrantes e pessoas que vivem em zonas rurais são mais propensas a ter um trabalho informal. Além disso, se não forem adotadas políticas de mitigação e adaptação, uma intensificação dos efeitos da mudança climática causará uma importante redução do número de empregos gerados no médio prazo. Para abordar esses desafios e atenuar os efeitos sobre os mercados de trabalho, a

região deve articular políticas de desenvolvimento produtivo, emprego e macroeconômicas, junto com medidas efetivas de adaptação à mudança climática e mitigação de seus efeitos. Isto requer um aumento significativo do investimento público e privado, bem como reformas estruturais para promover um crescimento econômico sustentável e equitativo.

A terceira parte, que está disponível no site da CEPAL ([www.cepal.org](http://www.cepal.org)), inclui as notas sobre o desempenho econômico dos países da América Latina e do Caribe em 2023 e no primeiro semestre de 2024 e os respectivos anexos estatísticos. A informação apresentada foi atualizada em 30 de junho de 2024.

## Resumo executivo

### A. América Latina e Caribe: a armadilha do baixo crescimento e as restrições macroeconômicas

No transcurso da última década, os países da América Latina mostraram um baixo nível de crescimento econômico, com uma taxa média de 0,9% no período 2015-2024, inferior aos 2,0% registrados na chamada “década perdida” de 1980. Dinamizar o crescimento constitui uma tarefa primordial para que a região possa responder aos atuais desafios ambientais, sociais e do mercado de trabalho.

Para superar a armadilha do baixo crescimento e criar empregos de qualidade, é preciso articular políticas macroeconômicas e de desenvolvimento produtivo que estimulem o investimento e a produtividade e permitam alcançar um crescimento inclusivo e sustentável. O cenário macroeconômico que os países da região enfrentam, tanto no plano externo como no interno, se caracteriza por baixo crescimento da atividade econômica, incerteza e espaço limitado no âmbito das políticas fiscais e monetárias.

#### 1. Crescimento moderado da economia e do comércio mundial

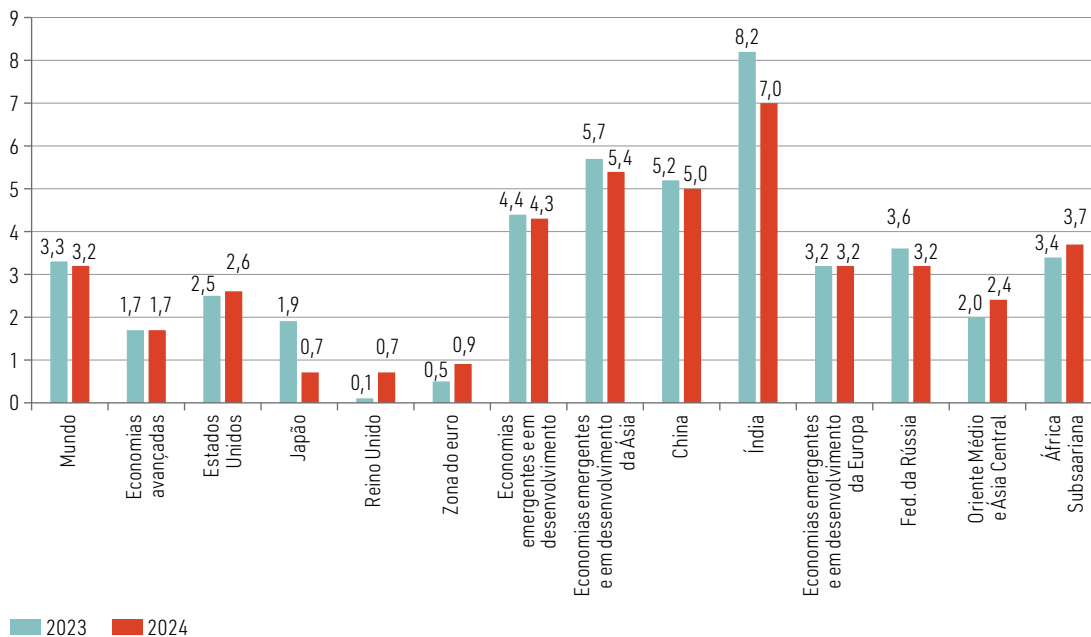
Como mostra o gráfico 1, espera-se que a economia mundial cresça 3,2% em 2024, cifra um décimo menor do que a registrada em 2023 e inferior à média histórica de 3,8% de crescimento anual observada entre 2000 e 2019. Sob a perspectiva da América Latina e do Caribe, destacam-se os Estados Unidos, principal parceiro comercial da região<sup>1</sup>, cujo crescimento esperado é de 2,6% em 2024. No caso da China, segundo parceiro comercial da região, espera-se uma leve redução no crescimento, de 5,2% em 2023 para 5,0% em 2024. O país continua enfrentando problemas no setor imobiliário e implementou sucessivas rodadas de estímulos públicos para contrabalançar a contração contínua do setor da habitação. A zona do euro crescerá 0,9% em 2024 (frente a 0,5% em 2023). Neste caso, o crescimento um pouco maior este ano se deve à baixa base de comparação de 2023, quando a política monetária restritiva e a fraca demanda externa reduziram os níveis de atividade. Espera-se que em 2024 o consumo privado tenha um maior dinamismo, na medida em que os menores níveis de inflação favoreçam a renda real das famílias.

Quanto ao comércio mundial, espera-se que a diminuição da inflação em 2024 provoque uma recuperação do consumo de produtos manufaturados, o que impulsionaria o crescimento do volume do comércio de bens. De acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2024 espera-se um crescimento de 2,6% no volume do comércio mundial. Embora esta taxa represente uma recuperação frente à queda de 1,2% em 2023, está muito abaixo dos níveis de crescimento do comércio anteriores à crise financeira mundial de 2008-2009. Entre o início da década de 1980 e 2007, o volume do comércio cresceu em média quase 6% ao ano.

<sup>1</sup> Em 2022, a América Latina e o Caribe dirigiram 45% de suas exportações aos Estados Unidos, 13% à China e 9% à União Europeia.

Gráfico 1

Regiões e países selecionados: taxa de crescimento do PIB, 2023, e projeções para 2024  
(Em porcentagens)



**Fonte:** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Fundo Monetário Internacional (FMI), *World Economic Outlook Update. The Global Economy in a Sticky Spot*, Washington, D.C., julho de 2024.

**Nota:** No caso da Índia, trata-se do exercício fiscal que começa em abril e termina em março do ano seguinte.

Existe a possibilidade de que a cifra real seja inferior à projetada, tendo em vista as crescentes tensões geopolíticas e a incerteza em matéria de políticas. Em seu relatório de abril, o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2024) reiterou sua advertência sobre a fragmentação do comércio mundial em blocos rivais e assinalou que, em 2023, os países impuseram 3.000 novas restrições comerciais, quase o triplo do número registrado em 2019.

Os esforços dos países para aumentar a resiliência de suas cadeias de abastecimento, encurtá-las e desvinculá-las de nações geopoliticamente distantes estão criando um cenário de crescente fragmentação geoeconômica. Esta tendência vem sendo impulsionada pelas preocupações dos Estados Unidos e Europa acerca do excesso de capacidade produtiva na China, país que aumentou a produção manufatureira mundial em mais de 5% desde 2019. O baixo nível de demanda interna na China, onde o gasto dos consumidores ainda representa menos de 40% do PIB (em comparação, por exemplo, com os Estados Unidos, onde representa 70%), obriga as empresas chinesas a buscar mercados estrangeiros para vender sua produção adicional. Uma maior escalada do protecionismo comercial afetaria ainda mais as cadeias de abastecimento mundiais, assim como o acesso a mercados e recursos, o que teria um impacto negativo na economia global. Em 14 de maio de 2024, os Estados Unidos anunciaram o aumento das tarifas sobre as importações procedentes da China em vários setores, entre eles os semicondutores (de 25% para 50%), as células solares (de 25% para 50%), as baterias para veículos elétricos (de 7,5% para 25%) e os veículos elétricos (de 25% para 100%).

Outro fator que poderia fazer com que as projeções de comércio mundial não sejam cumpridas são as interrupções das rotas marítimas, principalmente as relacionadas com o mar Vermelho e o canal de Suez, assim como os efeitos climáticos adversos nos níveis de água do canal do Panamá<sup>2</sup>,

<sup>2</sup> 6% do comércio mundial de mercadorias cruza o canal do Panamá.

que poderiam aumentar os custos de transporte, prolongar o tempo de viagem e alterar as cadeias de abastecimento (UNCTAD, 2024). No entanto, após os ataques à navegação comercial no mar Vermelho (pelo qual circula 11% do comércio mundial), os custos do transporte mundial de carga, apesar de terem aumentado, continuaram muito abaixo dos níveis registrados no período 2021-2022 e recentemente até diminuíram (FMI, 2024).

No que diz respeito ao preço dos produtos básicos, em 2024 espera-se uma nova redução, de 5% em média, que se somaria à queda de 23% observada em 2023. Os preços dos produtos energéticos fechariam este ano 10% abaixo dos níveis médios de 2023, enquanto os dos produtos não energéticos o fariam em níveis semelhantes aos do ano anterior. O preço do cobre mostra uma dinâmica particular, já que desde o início de março de 2024 registrou um forte aumento, levando-o a alcançar um recorde histórico de 5,2 dólares por libra na terceira semana de maio, o que reflete um aumento da demanda superior à capacidade de oferta. De fato, prevê-se uma alta da cotação internacional de vários metais devido à possível redução da oferta e dos estoques, a dificuldades logísticas e a uma maior demanda internacional, dado o papel que estes produtos desempenham na sustentação do processo de transição energética.

## 2. As condições financeiras internacionais continuarão sendo restritivas em 2024

Ante a queda da taxa de inflação nos países desenvolvidos, os mercados preveem que, até o fim de 2024, os principais bancos centrais realizarão cortes nas taxas de juros, embora não haja certeza sobre quando o farão exatamente. Até o momento, somente o Banco Central Europeu (BCE) iniciou os cortes, após reduzir em 25 pontos básicos a taxa de juros (para 3,75%) em sua reunião de junho. A Reserva Federal dos Estados Unidos a mantém numa faixa entre 5,25% e 5,50% (com um ponto médio de 5,38%), enquanto o Banco da Inglaterra a mantém em 5,25%.

As entradas de capital foram retomadas em muitos mercados emergentes e, em geral, os preços nas bolsas de valores aumentaram substancialmente este ano, embora com maior intensidade nas economias avançadas. Além disso, os spreads dos empréstimos soberanos continuaram sua tendência à queda e já se encontram em níveis semelhantes aos vigentes no fim de 2019, antes da pandemia de COVID-19. Apesar da redução do risco soberano nas economias emergentes, os custos de financiamento dessas economias continuam elevados, e isso não mudará enquanto não caírem as taxas de longo prazo nas economias desenvolvidas.

A partir de 2024, observa-se um aumento da taxa de liquidez global. Esta melhoria reflete, por um lado, como se comentou, a postura monetária menos restritiva dos principais bancos centrais do mundo e, por outro lado, a decisão da Reserva Federal de diminuir o ritmo de redução de seu balanço. A política fiscal dos Estados Unidos também contribuiu para o aumento da liquidez global. A supressão do limite de endividamento estabelecido pelo Congresso dos Estados Unidos (31,4 trilhões de dólares a partir de janeiro de 2023) até janeiro de 2025 permitiu expandir o déficit fiscal, o que representou um fator de expansão da liquidez.

Se as taxas de juros permanecerem elevadas durante mais tempo do que o esperado, as vulnerabilidades associadas à carga da dívida poderiam aumentar em várias economias emergentes e em desenvolvimento. Por outro lado, também poderia aumentar a vulnerabilidade do setor financeiro nos países desenvolvidos.

### 3. O setor externo da região mostrou-se resiliente numa conjuntura econômica muito incerta

Em 2023, as contas de capital e financeira registraram um superávit ampliado de 1,5% do PIB regional. Por sua vez, a conta corrente registrou um déficit de 1,3% do PIB, significativamente inferior ao déficit de 2,5% do PIB observado em 2022.

Enquanto a conta de transferências correntes manteve um sólido excedente (2,3% do PIB), nesta conjuntura a redução do déficit em conta corrente respondeu à tendência descendente dos preços internacionais dos produtos básicos, moderação da inflação global e menor incidência do ciclo do dólar. Tudo isso contribuiu para que a balança de bens se tornasse levemente superavitária (0,6% do PIB), como resultado da redução do valor das importações, que superou a redução do valor das exportações. Além disso, o déficit do comércio de serviços diminuiu, em consonância com a recuperação do setor turístico da região e devido aos menores custos dos fretes. Já o déficit na conta de renda se aprofundou, por influência dos lucros reinvestidos e aumento do pagamento de juros num contexto internacional de elevados custos de financiamento.

Dada a persistente volatilidade dos mercados financeiros globais, devido à escalada das tensões geopolíticas e manutenção de uma política monetária restritiva, especialmente nos Estados Unidos e na União Europeia, as entradas líquidas de capitais de carteira na região foram negativas em 2023. Não obstante, a contribuição dos fluxos de investimento estrangeiro direto para a região foi significativa, pois alcançou 2,8% do PIB. Desse ponto de vista, em 2023 as entradas líquidas de investimento estrangeiro direto (139 bilhões de dólares) financiaram amplamente o déficit da conta corrente, de 86 bilhões de dólares.

As perspectivas para 2024 indicam uma leve deterioração da conta corrente regional (-1,7% do PIB), num contexto de crescimento e comércio mundial ainda frágeis e de taxas de juros globais elevadas durante um tempo maior do que o previsto, o que favoreceu a força do dólar. Por outro lado, os conflitos geopolíticos e as possíveis rupturas das cadeias de oferta globais poderiam provocar aumento dos preços dos produtos básicos e da inflação mundial. Quanto à conta financeira, prevê-se uma melhoria do superávit na região, de acordo com a tendência recente que mostra um aumento dos fluxos de capitais para as economias emergentes.

Apesar dos elevados custos de endividamento que caracterizam o contexto atual, a dívida emitida nos mercados internacionais pelas economias da região se recuperou em 2023, somando 40% mais do que em 2022. No total emitido continuaram prevalecendo os títulos soberanos. Os títulos temáticos adquiriram maior relevância, ao passar de 6% do total das emissões soberanas em 2019 para 50% em 2023. O cupom médio deste tipo de emissões é menor do que o das outras emissões soberanas. Além disso, o risco creditício da região mostrou uma tendência descendente em 2023, que se manteria em 2024, em conformidade com a redução do risco nas outras regiões emergentes.

### 4. O baixo crescimento traduziu-se em estagnação do PIB *per capita*

A atividade econômica das economias da região continua mostrando uma baixa taxa de crescimento. No primeiro trimestre de 2024 cresceu 1,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este seria o terceiro trimestre consecutivo em que a taxa de crescimento das economias da América Latina é inferior a 2% e o sexto em que se registra redução da taxa de crescimento em relação aos 4,5% observados no terceiro trimestre de 2022.

Os indicadores de atividade econômica mensal mostram que a desaceleração registrada no primeiro trimestre de 2024 foi generalizada em todas as economias da região. Assim, enquanto a taxa de crescimento da América Latina diminuiu em média 1,7 ponto percentual entre o primeiro trimestre de 2023 e o mesmo período de 2024, nas economias da América do Sul e da América Central e México a desaceleração supôs reduções de 1,8 e 1,5 ponto percentual, respectivamente.

A desaceleração da atividade econômica é reflexo do enfraquecimento tanto do consumo como da formação bruta de capital fixo. No quarto trimestre de 2023, o consumo privado continuou a se desacelerar a uma taxa anual menor do que a observada em 2022, ano em que começou a diminuir a partir do segundo trimestre. Esta desaceleração do consumo ocorre num contexto de deterioração do poder aquisitivo dos salários reais, baixo nível de criação de empregos, redução da confiança dos consumidores e esgotamento da poupança acumulada pelas famílias nos últimos anos. Além disso, o limitado espaço fiscal se traduziu em redução do gasto público, especialmente em transferências, que enfraqueceu o consumo em algumas economias da região.

A formação bruta de capital fixo também mostrou desaceleração, com um modesto crescimento de 0,3 ponto percentual no quarto trimestre de 2023. Esta desaceleração deve-se principalmente às políticas monetárias restritivas para controlar a inflação, fazendo com que as taxas de juros se mantenha elevadas. Além disso, as tensões geopolíticas e as acentuadas flutuações dos preços das matérias-primas no mercado mundial contribuíram para este panorama de baixo crescimento.

O investimento mostra sinais de estagnação e se mantém em níveis semelhantes aos registrados antes da pandemia. O investimento como porcentagem do PIB, após aumentar levemente em 2022, continuou caindo em 2023 e voltou aos níveis registrados antes da pandemia, num cenário em que a incerteza é elevada e a confiança empresarial caiu em numerosos países devido aos vaivéns da economia mundial, efeitos da mudança climática e conflitos internacionais. A cautela exibida pelas autoridades monetárias no que se refere ao manejo da taxa de juros fez com que a política monetária continue sendo restritiva, com taxas de juros reais superiores às existentes antes da pandemia.

O crescimento do valor agregado de todos os ramos da atividade econômica se desacelerou. No quarto trimestre de 2023, a expansão da atividade econômica foi liderada pelo setor de serviços. Os serviços que mais cresceram foram os financeiros e empresariais, os municipalizados, sociais e pessoais e a eletricidade, o gás e a água. Os setores do comércio, transporte e comunicações experimentaram diminuição, afetados pela menor dinâmica do consumo privado. Por outro lado, o setor agropecuário e da mineração, que havia contribuído significativamente com 5% para o valor agregado no primeiro trimestre de 2023, voltou a apresentar uma contribuição quase nula no quarto trimestre de 2023, semelhante à observada em 2022.

## 5. O crescimento do emprego continua lento e persistem as lacunas de gênero

No primeiro trimestre de 2024, a taxa de crescimento do emprego se manteve baixa e a taxa de crescimento anualizada do número de pessoas ocupadas foi de 0,9%, em comparação com 2,8% no primeiro trimestre de 2023. A agricultura foi o único setor que experimentou queda do emprego no primeiro trimestre de 2024 em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda foi de 2% e este foi o sexto trimestre consecutivo em que o emprego caiu neste setor. Os setores industrial e de serviços cresceram 1,1% e 1,4%, respectivamente. Cabe destacar que, em ambos os setores, a taxa de crescimento do emprego no primeiro trimestre de 2024 foi menor do que a registrada no primeiro semestre de 2023, com quedas de 1,3 e 2,5 pontos percentuais, respectivamente.

No primeiro trimestre de 2024, a média ponderada da taxa de participação<sup>3</sup> da região foi de 62,6%, o que representa um aumento de 0,1 ponto percentual em relação aos 62,5% registrados no primeiro trimestre de 2023 e de 0,3 ponto percentual em relação ao primeiro trimestre de 2022. Apesar dessa recuperação, a taxa de participação regional se situa abaixo do valor médio observado entre o primeiro trimestre de 2018 e o quarto trimestre de 2019 (63,1%), refletindo o fato de que muitas das pessoas que abandonaram o mercado de trabalho durante a pandemia de COVID-19 ainda não regressaram a ele e se mantêm inativas.

A taxa de desocupação regional<sup>4</sup> mantém a tendência descendente iniciada no terceiro trimestre de 2020, ao passar de 11,6% no segundo trimestre de 2020 para 6,5% no primeiro trimestre de 2024. No entanto, a taxa de desocupação do primeiro trimestre de 2024 mostra um aumento em relação aos valores registrados no segundo, terceiro e quarto trimestre de 2023.

Desde 2021, as lacunas entre homens e mulheres tenderam a diminuir nos principais indicadores de trabalho, uma dinâmica mantida durante o primeiro trimestre de 2024. A diferença entre as taxas de participação de homens e mulheres é de 22,3 pontos percentuais, semelhante à registrada no primeiro trimestre de 2023. A taxa de participação das mulheres se recuperou no primeiro trimestre de 2024 em relação ao mesmo período de 2023; porém, da mesma forma que a dos homens, permaneceu abaixo do valor observado no primeiro trimestre de 2019. Também diminuiu a lacuna entre homens e mulheres no caso da taxa de desocupação, que, de 2,7 pontos percentuais no primeiro trimestre de 2023, passou para 2,6 pontos percentuais no primeiro trimestre de 2024, o que supõe uma redução de 0,1 ponto percentual. Cabe destacar que, nesse período, a taxa de desocupação feminina diminuiu 0,4 ponto percentual, enquanto a dos homens caiu 0,3 ponto percentual.

A redução observada na inflação regional, junto com os aumentos do salário mínimo em termos nominais, provocou um aumento dos salários mínimos reais em 14 das 18 economias para as quais se conta com informação entre o primeiro trimestre de 2023 e o mesmo período de 2024. A taxa média de crescimento do salário mínimo real na região foi de 3,8%. O salário médio real aumentou em sete das nove economias da região para as quais se dispõe de informação. Foram registrados aumentos superiores a 4% na Costa Rica, México e Uruguai; na Argentina e Bolívia observou-se redução do salário médio real de 14% e 2%, respectivamente.

## 6. O reduzido espaço fiscal reflete as crescentes pressões pelo pagamento dos juros da dívida pública

De acordo com as projeções fiscais dos países da América Latina, as receitas totais dos governos centrais se manteriam estáveis em 2024, após a contração registrada em 2023. Prevê-se que as receitas tributárias aumentarão, impulsionadas pela recuperação da atividade econômica em vários países e pela progressiva diminuição da inflação, bem como por fatores atípicos, como a expiração das medidas tributárias anti-inflacionárias. As receitas de outras fontes apresentariam uma leve queda devido, em parte, à diminuição da receita relacionada com os recursos naturais não renováveis.

No Caribe, espera-se também um aumento das receitas públicas dos governos centrais em 2024, após a contração experimentada no ano anterior. As receitas tributárias aumentariam levemente, impulsionadas pelo desempenho dos impostos sobre o consumo, particularmente nos países exportadores de serviços. Quanto às receitas provenientes de outras fontes, prevê-se que aumentarão, particularmente aquelas vinculadas com doações externas para projetos de investimento. As entradas correspondentes aos programas de cidadania por investimento (que mostraram grande dinamismo) teriam um desempenho irregular em 2024, o que poderia incidir nas receitas totais de alguns países.

<sup>3</sup> A taxa de participação é a força de trabalho (ocupados mais desocupados) como proporção da população em idade de trabalhar.

<sup>4</sup> População que se encontra sem trabalho, mas está buscando trabalho e não consegue, em relação à população economicamente ativa.

No que diz respeito ao gasto público, segundo as projeções oficiais atualizadas, prevê-se um leve aumento em 2024 no caso dos governos centrais da América Latina. Este aumento obedeceria a decisões de política pública (como as maiores despesas de capital orçadas) e às necessidades surgidas da crescente carga dos pagamentos de juros. Destaca-se o impacto das elevadas taxas de juros nos mercados internacionais, que encareceram a dívida pública existente com taxas variáveis e aumentaram o custo das novas emissões. Por sua vez, espera-se que o gasto corrente primário diminua à medida que se retirem os subsídios anti-inflacionários adotados em 2022 e 2023.

No Caribe, prevê-se aumento das despesas totais dos governos centrais em 2024. Nesse sentido, cabe esperar um aumento significativo dos gastos de capital. Não obstante, é importante assinalar que a execução dos projetos de capital depende de diversos fatores, em particular do recebimento de doações externas de capital. Os pagamentos de juros se manteriam em alta, em alguns casos devido ao aumento das despesas associadas à dívida contratada com instituições financeiras internacionais, cuja taxa de juros está vinculada à dinâmica das taxas de juros de referência internacionais.

Em conformidade com estas tendências, prevê-se que a posição fiscal dos governos centrais da América Latina se manterá estável em 2024 e registrará um déficit semelhante ao de 2023. Não obstante, é importante assinalar que o déficit global esperado para o ano (-3,2% do PIB) é maior do que a média observada no período 2015-2019 (-2,9% do PIB), quando a dívida pública registrou um importante aumento. No Caribe, pelo contrário, prevê-se que o déficit global aumentará, principalmente em consequência do aumento das despesas de capital.

Estas projeções oficiais estão sujeitas a diversas variáveis, difíceis de prever, que poderiam influir na evolução do gasto público e nos balanços fiscais. Entre elas, cabe mencionar o ritmo de execução do investimento público, que costuma ser utilizado como variável de ajuste na medida em que os balanços fiscais se desviam das metas estabelecidas nos orçamentos e nas regras fiscais. O comportamento das receitas totais será crucial neste sentido, particularmente no Caribe, onde uma parte importante do investimento público é financiada com doações externas.

No primeiro trimestre de 2024, a dívida pública bruta do governo central na América Latina sofreu uma queda e registrou uma média de 52,3% do PIB, em comparação com os 55% registrados em dezembro de 2023. O PIB nominal incidiu nesta redução, embora sua taxa de crescimento tenha sido menor. Este fator também foi importante na redução do nível de endividamento dos governos centrais no Caribe, onde a dívida pública bruta alcançou 67,9% do PIB em março de 2024, frente aos 70,7% do PIB registrados em dezembro de 2023.

Ante estes elevados níveis de endividamento público, é fundamental estabelecer um marco de sustentabilidade fiscal, concentrado no fortalecimento e uso efetivo dos recursos públicos. A região apresenta uma estrutura tributária regressiva, muito distorcida para os impostos indiretos. Portanto, será preciso implementar importantes reformas nos impostos sobre a renda, propriedade e riqueza a fim de mobilizar recursos e melhorar a progressividade do sistema tributário.

Também é fundamental impulsionar medidas para reduzir o elevado nível de evasão fiscal. Em 2023, o não cumprimento das obrigações fiscais na América Latina representou 433 bilhões de dólares, isto é, 6,7% do PIB regional (CEPAL, 2024). A avaliação dos gastos tributários também permitiria abrir espaço para o fortalecimento das receitas públicas. Em 2021, os gastos tributários na América Latina registraram uma média de 3,7% do PIB, representando 19% dos gastos orçamentários do governo central (OCDE e outros, 2023).

## 7. A inflação continua baixa nas economias da região

Assim como se observou no contexto internacional, a inflação se desacelerou nas economias da América Latina e do Caribe. Após experimentar sua maior alta em junho de 2022, quando registrou uma taxa de 9,2%, a inflação tendeu a diminuir de maneira sustentada na região. A média da taxa de inflação regional em junho de 2024 foi de 3,9% e houve queda na maioria dos países da região.

A redução da inflação regional teve sua origem na pronunciada queda experimentada nos preços dos alimentos e da energia nos mercados internacionais, bem como nos efeitos das políticas monetárias restritivas adotadas na região para frear o processo de aumento dos preços desde meados de 2021 e da menor valorização das moedas da região durante o último trimestre de 2023. No primeiro trimestre de 2024, a queda interanual média do preço dos alimentos nos mercados internacionais foi de 8,6%. O preço da energia nos mercados internacionais também registrou quedas interanuais desde fevereiro de 2023, tendência que se manteve até março de 2024, com uma redução média de 7,3% no primeiro trimestre de 2024.

As pesquisas de expectativas sobre a inflação indicam que esta continuará em queda. No entanto, o valor central da projeção da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para a região se mantém em torno de 3,6% no fim de 2024 e meados de 2025. Os menores preços dos alimentos, da energia e das manufaturas esperados nos mercados internacionais contribuiriam para a queda da inflação regional neste ano e no próximo.

## 8. A margem de ação da política monetária é limitada pela persistência da inflação e pelas pressões cambiais

A queda da inflação permitiu que a maioria dos países da região com regime de metas de inflação começasse, desde meados de 2023, um ciclo de redução de suas respectivas taxas de juros. No entanto, o ritmo de ajuste dessas taxas se desacelerou nos primeiros meses de 2024. A cautela na redução das taxas reflete, por um lado, considerações acerca da evolução da inflação subjacente, que no caso de alguns países, como Brasil e México, foi mais persistente que o nível geral da inflação, o que incidiu na evolução das expectativas de inflação. Por outro lado, em alguns países essa cautela também reflete considerações sobre o efeito de eventuais pressões cambiais na estabilidade dos preços.

A evolução das taxas de juros em termos reais permite comprovar que, apesar da redução recente em termos nominais, a postura de política monetária em todos os países com metas de inflação se mantém restritiva, com taxas reais superiores às observadas antes da pandemia. Como reflexo do ocorrido nos países com metas de inflação, na região a média das taxas de crescimento da base monetária, que se desaceleraram notavelmente ao longo de 2021 e 2022, se estabilizou em torno de um crescimento interanual nominal de 5%.

As reduções das taxas de juros por parte dos bancos centrais dos países que têm metas de inflação se traduziram em menores spreads em relação às taxas de juros dos Estados Unidos, o que, a partir do segundo semestre de 2023, levou a uma desvalorização das moedas desses países, que têm taxa de câmbio flexível. Apesar da desvalorização observada na taxa de câmbio nominal, na região mantém-se a valorização da taxa de câmbio real efetiva extrarregional.

Neste contexto, as taxas de juros do sistema bancário na região se mantiveram elevadas. Após ter registrado contração no segundo semestre de 2023, no primeiro bimestre de 2024 houve uma recuperação dos depósitos, estimulada por maiores aumentos das taxas passivas e um dinamismo da atividade econômica maior do que o esperado. No entanto, o crédito interno líquido registrou contrações desde o quarto trimestre de 2023, o que responde, por um lado, ao efeito retardado da política monetária restritiva no canal do crédito e, por outro lado, à substituição parcial de crédito interno por externo.

O risco de crédito do sistema bancário está em queda devido ao racionamento creditício exercido através da taxa de juros, bem como ao efeito de maiores exigências para acessar financiamentos e melhores práticas de monitoramento e supervisão. Mas a exposição ao risco cambial aumentou devido à desvalorização das moedas locais. As entidades financeiras mantiveram estáveis tanto os níveis de capitalização como os coeficientes de liquidez, colocando-os acima dos mínimos regulatórios, enquanto a rentabilidade do sistema bancário alcançou, em setembro de 2023, seu máximo nível histórico desde 2012, graças à alta das taxas ativas e à limitada materialização do risco de crédito. Para melhorar a capacidade de gestão de riscos, durante 2023 as autoridades monetárias de vários países da região aumentaram seus requisitos de capital.

Após se manter relativamente constante ao longo de 2023, durante os primeiros meses de 2024 observou-se um crescimento no saldo de reservas internacionais líquidas. Embora tenham experimentado flutuações ao longo do período, desde o princípio de 2023 os países com metas de inflação continuaram acumulando reservas internacionais líquidas. Em contraste, tanto os países com taxa de câmbio fixa como os países com metas de taxa de câmbio e agregados monetários registraram diminuição das reservas internacionais líquidas. Por outro lado, no grupo de países com inflação crônica, cujo comportamento reflete em boa medida o que ocorreu na Argentina, depois de uma redução persistente ao longo de 2023, o saldo de reservas internacionais líquidas começou a se recuperar em 2024.

A convergência da inflação observada para as metas, assim como a relativa solidez da ancoragem das expectativas de inflação no médio prazo, permitiu às autoridades monetárias da região começar a relaxar sua postura de política, que, no entanto, ainda se mantém restritiva. Embora a previsão para o resto do ano seja que esta tendência continuará, a condução futura da política monetária estará condicionada por fatores tanto externos (entre os quais se destaca a postura de política dos Estados Unidos) como internos (em particular, a posição cíclica de cada país). Isso ressalta o espaço de política relativamente estreito que resulta do uso de um só instrumento para a condução da política monetária. Como afirmou reiteradamente a CEPAL, o uso complementar de instrumentos para objetivos cambiais e macroprudenciais permite que a política monetária seja menos sensível a choques externos e possa se concentrar em objetivos de estabilização no âmbito nacional.

## 9. Projeções de crescimento e propostas de política

Espera-se que a América Latina e o Caribe continuem com uma trajetória de baixo crescimento em 2024, a uma taxa média de 1,8%. Este baixo crescimento seria observado em todas as sub-regiões: a América do Sul crescerá 1,5%; a América Central e o México 2,2%; e o Caribe (excluindo a Guiana) 2,6%. Para 2025 espera-se um crescimento maior, de 2,3% em toda a região, como se observa no quadro 1. Este aumento seria explicado, em particular, pelo desempenho da América do Sul.

## Quadro 1

América Latina e Caribe: taxa de crescimento do PIB e projeções, 2022-2025  
(Em porcentagens e pontos percentuais)

	Taxa de crescimento do PIB (Em porcentagens)				Variação interanual (Em pontos percentuais)	
	2022	2023	2024	2025	2023/2024	2024/2025
<b>América Latina e Caribe</b>	4,0	2,2	1,8	2,3	-0,3	0,5
<b>América Latina</b>	3,9	2,1	1,7	2,3	-0,3	0,5
<b>América do Sul</b>	3,9	1,6	1,5	2,4	-0,1	1,0
Argentina	5,3	-1,6	-3,6	4,0	-2,0	7,6
Bolívia (Estado Plurinacional da)	3,6	3,1	1,7	2,2	-1,4	0,5
Brasil	3,0	2,9	2,3	2,1	-0,6	-0,3
Chile	2,1	0,2	2,6	2,3	2,4	-0,3
Colômbia	7,3	0,6	1,3	2,6	0,7	1,3
Equador	6,2	2,4	1,8	1,6	-0,6	-0,2
Paraguai	0,2	4,7	3,8	3,6	-0,9	-0,2
Peru	2,6	-0,6	2,6	2,5	3,2	-0,1
Uruguai	4,7	0,4	3,6	2,6	3,2	-1,0
Venezuela (República Bolivariana da)	12,0	3,0	5,0	3,0	2,0	-2,0
<b>América Central</b>	4,6	3,1	3,1	3,1	0,0	0,0
<b>América Central e México</b>	3,9	3,2	2,2	1,9	-0,9	-0,3
Costa Rica	4,6	5,1	4,0	3,8	-1,1	-0,2
Cuba	1,8	-1,0	0,5	1,0	1,5	0,5
El Salvador	2,8	3,5	3,5	3,1	0,0	-0,4
Guatemala	4,2	3,5	3,4	3,2	-0,1	-0,2
Haiti	-1,7	-1,9	-3,0	-0,5	-1,1	2,5
Honduras	4,1	3,6	3,8	3,6	0,2	-0,2
México	3,7	3,2	1,9	1,4	-1,3	-0,5
Nicarágua	3,8	4,6	3,7	3,2	-0,9	-0,5
Panamá	10,8	7,3	2,7	3,3	-4,6	0,6
República Dominicana	4,9	2,4	5,2	4,5	2,8	-0,7
<b>Caribe</b>	12,8	9,1	8,4	6,3	-0,7	-2,1
<b>Caribe (excluindo a Guiana)</b>	6,0	2,9	2,6	2,3	-0,3	-0,3
Antígua e Barbuda	9,5	3,9	6,3	4,8	2,4	-1,5
Bahamas	10,8	2,6	2,3	1,8	-0,3	-0,5
Barbados	13,5	4,9	3,7	2,8	-1,2	-0,9
Belize	8,7	4,8	4,1	3,3	-0,7	-0,8
Dominica	5,6	4,7	4,6	4,3	-0,1	-0,3
Granada	7,3	3,6	4,1	3,7	0,5	-0,4
Guiana	63,3	39,2	29,2	17,8	-10,0	-11,4
Jamaica	5,2	2,1	1,8	1,7	-0,3	-0,1
Saint Kitts e Nevis	10,5	2,3	3,0	2,7	0,7	-0,3
São Vicente e Granadinas	7,2	6,0	4,7	4,6	-1,3	-0,1
Santa Lúcia	18,2	3,4	3,4	2,0	0,0	-1,4
Suriname	2,4	2,0	2,4	2,7	0,4	0,3
Trinidad e Tobago	1,5	2,7	2,4	2,2	-0,3	-0,2

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

Nota: Os cálculos correspondem a preços constantes de 2018. As taxas de crescimento do PIB de 2024 e 2025 correspondem a projeções.

Tendo em conta as tendências recentes, este modesto crescimento econômico na região continua condicionado por um contexto internacional incerto, marcado por um elevado nível de inflação e taxas de juros que se mantêm altas no plano mundial, o que tende a atrasar o retorno à normalidade da dinâmica inflacionária e o ciclo de flexibilização das políticas monetárias nos principais países avançados e leva a uma redução da demanda externa e à persistência das condições financeiras restritivas. Esta situação pode ser agravada por uma possível exacerbação das tensões geopolíticas e comerciais, bem como pelo agravamento dos efeitos da mudança climática. No plano nacional, embora continue sendo o principal determinante do crescimento regional, o consumo privado é obstaculizado pela perda de poder aquisitivo das famílias, num contexto de baixa produtividade do trabalho e pouca criação de empregos formais. A postura restritiva da política monetária tende a reduzir a demanda interna e deprimir o investimento, que já está em queda. A margem de manobra da política fiscal é limitada ainda mais pela maior carga que supõe o pagamento do serviço da dívida pública. Todos estes fatores, combinados com as expectativas de uma menor dinâmica da demanda externa, mantêm a região presa numa armadilha de baixo crescimento.

O dinamismo das exportações e da atividade econômica da região depende em grande medida do alcance da desaceleração econômica em seus principais parceiros comerciais. Para este grupo de países, prevê-se um crescimento em 2024 (2,7%), semelhante ao de 2023, e uma desaceleração em 2025 (2,4%). Isto é explicado, em geral, pela menor dinâmica de crescimento esperada no caso dos dois principais parceiros comerciais da região, os Estados Unidos (cerca de 1,9% em 2025) e a China (cerca de 4,5% em 2025). No que se refere à zona do euro, de acordo com as últimas projeções do BCE, prevê-se um crescimento anual do PIB de 1,4% para 2025. Ante a menor contribuição prevista por parte da demanda externa, é de esperar que se formulem políticas para fortalecer a demanda interna regional no médio prazo, se considerarmos que o comércio internacional intrarregional ocupa um lugar significativo, ao representar em 2023 15,1% do valor exportado e 15,6% do valor importado. Isso estaria vinculado, em particular, à implementação de políticas de emprego ativas que promovam o investimento e a produtividade para aumentar a participação em setores estratégicos de alto valor adicionado, como se indica na segunda parte deste documento.

Por outro lado, embora ultimamente tenha apresentado tendência à queda, prevê-se que a inflação mundial permanecerá em níveis elevados (5,9% em 2024 e 4,4% em 2025). Entre as perspectivas mais destacáveis, cabe mencionar uma possível elevação dos preços dos produtos básicos, inclusive certos alimentos como o cacau, metais como o cobre (em particular os metais essenciais para assegurar a transição energética) e produtos energéticos como o petróleo.

Nestas circunstâncias, os preços mundiais estão submetidos a pressões adicionais, em particular no que se refere aos principais parceiros comerciais da região, com taxas de inflação projetadas de 6,4% em 2024 e 3,3% em 2025, dependendo da evolução dos preços dos produtos básicos, da magnitude do impacto da mudança climática e das tensões geopolíticas já mencionadas. Uma das preocupações mais recentes gira em torno do comportamento da inflação subjacente, que continua alta, e da inflação dos serviços, em particular nos países avançados. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, a queda da inflação ocorreria a um ritmo mais lento, devido particularmente aos preços dos alimentos e dos combustíveis. Tudo isso conflui para que as taxas de juros de referência dos principais bancos centrais do mundo permaneçam elevadas durante o ano e provavelmente comecem a baixar em 2025.

No âmbito regional, o limitado espaço das políticas macroeconômicas não permite responder efetivamente às restrições externas e internas. O crescimento do PIB deve continuar sustentado pela dinâmica do consumo privado, enquanto o investimento está freado, num contexto de baixo crescimento, elevada inflação e altas taxas de juros.

O espaço fiscal continua restringido e nos próximos anos o custo do serviço da dívida pública continuará representando um desafio importante, já que tende a desviar uma parte considerável de recursos cruciais para responder à demanda de educação, saúde e infraestruturas sustentáveis. Para responder a este desafio, é preciso aumentar as receitas fiscais mediante a progressividade da tributação direta e a implementação, por exemplo, de impostos específicos sobre o patrimônio, melhorando a eficiência do gasto e a alocação do gasto orçamentário, para evitar que o investimento público continue representando a principal variável de ajuste.

## B. A armadilha do baixo crescimento, a mudança climática e a dinâmica do emprego

A segunda parte do *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe 2024* analisa a dinâmica macroeconômica e setorial do emprego nos países da América Latina. O capítulo II, “Crescimento e dinâmica setorial do emprego na América Latina”, por um lado, examina a forma em que a dinâmica de baixo crescimento da região nos últimos anos afeta a criação de empregos e, por outro, analisa a composição setorial do emprego, a fim de determinar que setores e ramos de atividade geraram mais empregos. Também analisa a dinâmica da produtividade do trabalho e a maneira como esta se relaciona com a dinâmica setorial da criação de empregos.

Os principais resultados deste capítulo indicam que existe uma estreita relação entre o crescimento e a criação de empregos no nível agregado e setorial, motivo pelo qual a desaceleração observada na taxa de crescimento da economia se traduziu em queda da taxa de crescimento do número de pessoas ocupadas na última década. Entre 2014 e 2023, o crescimento médio do número de pessoas ocupadas na região foi de 1,3%, um terço da taxa registrada na década de 1970 (3,9%).

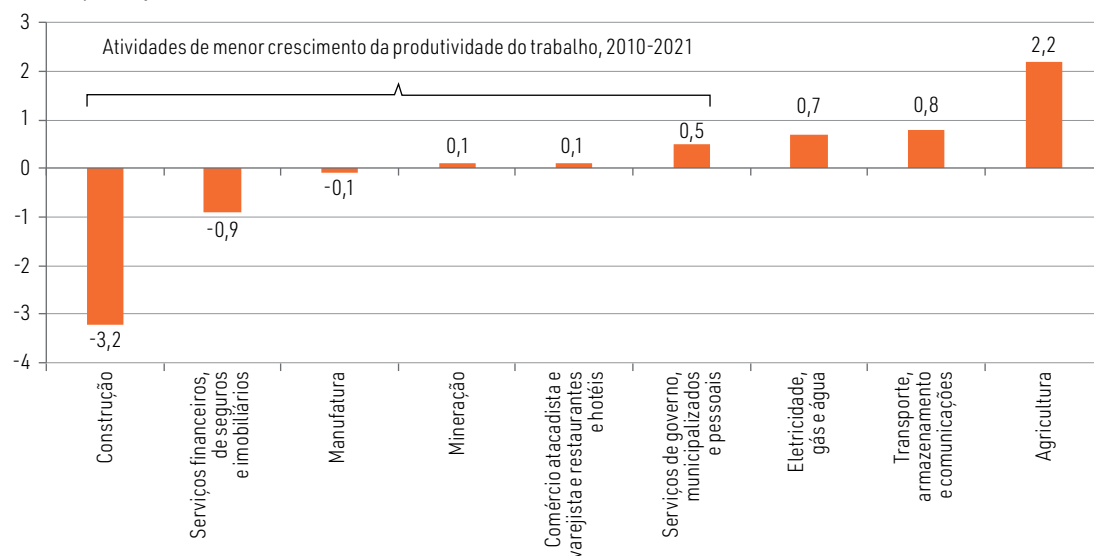
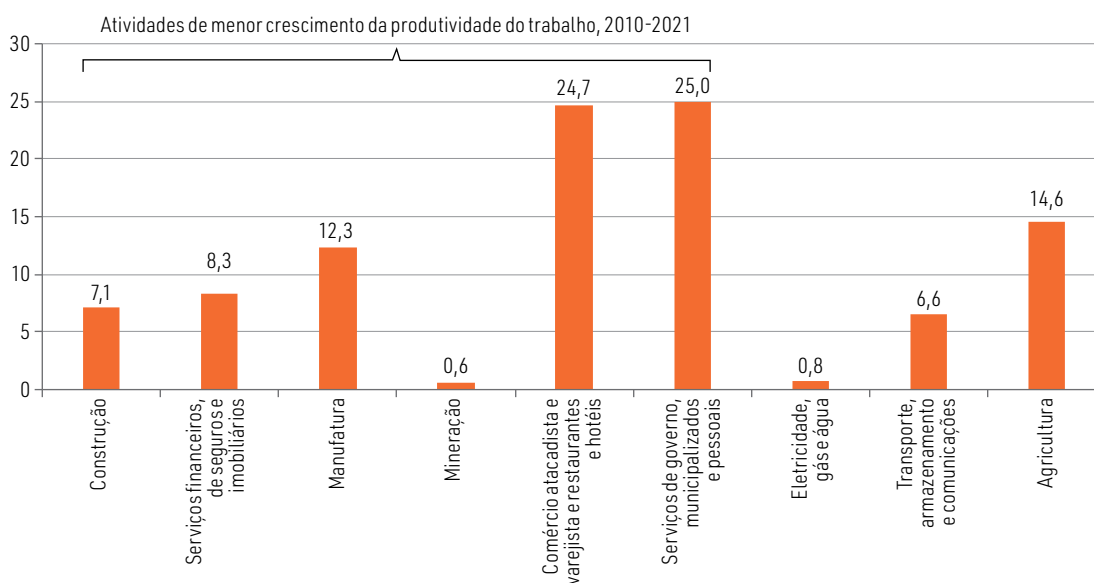
Essa redução na criação de empregos no nível agregado se reflete nos diversos setores econômicos. O menor nível de crescimento do emprego e do valor agregado em todos os setores produtivos foi registrado na década de 2010 a 2019, quando ocorreu uma queda média de 0,1% no setor agrícola e um crescimento de 0,7% no setor industrial e de 1,7% no setor de serviços. Esta dinâmica do crescimento do número de pessoas ocupadas supõe uma mudança na distribuição setorial do emprego, já que o setor de serviços aumentou sua participação no emprego total em 36,2 pontos percentuais, ao passar de 28,5% em 1950 para 64,7% em 2020. Nesse período, assim como ocorreu em outras regiões, o processo de mudança estrutural do emprego se traduziu em queda da participação do setor agrícola, que passou de concentrar mais de 50% do emprego em 1950 a representar menos de 15% em 2020. Esta reconfiguração do emprego na região se acentuou nas últimas décadas e cada vez mais pessoas estão empregadas no setor de serviços.

Um resultado muito preocupante dessas mudanças na estrutura do número de pessoas ocupadas, como se pode observar no gráfico 2, é que algumas das atividades nas quais se concentrou a maior criação de empregos na região correspondem àquelas em que se observou o menor crescimento da produtividade, entre elas algumas atividades do setor de serviços e da construção. Esta dinâmica setorial ajuda a entender o deficiente comportamento da produtividade do trabalho na região, que em 2024 se situou num nível inferior ao registrado em 1980.

Em outras palavras, um dos desafios estruturais da região consiste não só em gerar mais empregos, mas também em criá-los nos setores que apresentam maiores aumentos de produtividade. Para isso, como assinala a CEPAL, será necessário realizar grandes esforços destinados a fortalecer as capacidades da força de trabalho.

**Gráfico 2**

América Latina (17 países)<sup>a</sup>: variação da produtividade do trabalho e concentração do emprego por ramos de atividade econômica, 2010-2021  
(Em porcentagens)

**A. Variação da produtividade do trabalho, 2010-2021****B. Concentração do emprego por ramos de atividades, 2021**

**Fonte:** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais, R. C. Feenstra, R. Inklaar e M. P. Timmer, "The next generation of the Penn World Table", *American Economic Review*, vol. 105, Nº 10, 2015 [on-line] <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/> e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

<sup>a</sup> Países incluídos: Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

O capítulo III, "Emprego informal na América Latina de 2013 a 2022: evolução e tendências", examina a dinâmica do trabalho informal nos diversos setores e ramos produtivos. Além disso, utiliza um modelo *probit* para analisar a maneira em que o crescimento e diversas variáveis socioeconômicas afetam a probabilidade de uma pessoa ter um trabalho informal.

Entre os principais resultados desse capítulo, destaca-se a relevância do emprego informal para explicar o crescimento do emprego. Entre 2013 e 2022, o aumento do número de pessoas ocupadas foi de 10%. No caso do emprego informal, o crescimento foi de 18,6%, enquanto o emprego formal cresceu 3,3%. Ao analisar a evolução do trabalho informal por sexo, confirma-se o viés de gênero, já que o maior aumento ocorreu entre as mulheres (22,8%), enquanto no caso dos homens o aumento foi de 15,7%. Assim como acontece no caso do emprego total, os setores de menor crescimento da produtividade também concentram a maior parte do emprego informal (74% dos trabalhadores informais).

A partir das estimativas do modelo *probit*, verifica-se a estreita relação que existe entre a evolução da informalidade e a dinâmica do crescimento. Nos períodos de contração ou desaceleração econômica, a ocupação informal tende a subir. Também se constata que contar com educação secundária, universitária ou técnica diminui significativamente a probabilidade de ser um trabalhador informal. Isso destaca a importância de investir recursos em educação e a conveniência de que os países aumentem o financiamento destinado a melhorar a cobertura e a qualidade da formação técnica e universitária.

A probabilidade de um trabalhador ser informal aumenta se for mulher e aumenta ainda mais se houver dependentes no domicílio, o que explica por que as mulheres têm uma maior participação na ocupação informal. Por isso, as políticas destinadas a promover a economia do cuidado constituem um instrumento poderoso, não só para fomentar a criação de empregos e aumentar a produtividade, mas também para facilitar o acesso das mulheres ao trabalho formal.

Por último, o capítulo IV deste *Estudo Econômico*, “Impacto da mudança climática sobre a criação de empregos nas economias da América Latina”, analisa o efeito que o agravamento dos choques climáticos poderia ter na dinâmica da criação de empregos na região. Como a CEPAL documentou, a América Latina e o Caribe são muito vulneráveis ao impacto da mudança climática. A maioria dos países está situada em zonas geográficas muito expostas aos efeitos das mudanças nas condições hidrometeorológicas ou ocorrência de fenômenos meteorológicos extremos. Ao mesmo tempo, a região se caracteriza por seu elevado nível de dependência de atividades econômicas que podem ser afetadas pela mudança climática, como a agricultura, a mineração e o turismo.

Se não forem implementadas políticas de adaptação e mitigação, a mudança climática pode ter efeitos muito negativos sobre o crescimento econômico e o emprego. A fim de avaliar esses efeitos, com base na metodologia utilizada no *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe 2023* e no *Panorama Fiscal da América Latina e do Caribe 2024*, elaborou-se um modelo para estimar o crescimento tendencial do PIB e do emprego entre 2025 e 2050. Posteriormente, estas estimativas foram comparadas com a trajetória que o crescimento econômico e o emprego na região apresentariam com um agravamento dos efeitos negativos da mudança climática.

Os resultados indicam que, num cenário de intensificação dos efeitos da mudança climática que não incorpora políticas de mitigação e adaptação, em 2050 o nível do PIB seria 12,5% menor do que o do cenário-base, no qual não ocorrem esses choques climáticos. Por outro lado, no cenário de intensificação dos choques climáticos, dadas as estimativas da elasticidade emprego-produto, o crescimento do emprego diminuiria para 1,1%. Esta disparidade se traduz numa diferença de 11,2% no número de pessoas ocupadas em 2050, o que equivale a uma lacuna de 42,7 milhões de postos de trabalho entre os dois cenários, ou seja, cerca de 10% da força de trabalho. Até 2050, o setor agrícola e o do turismo, dois dos setores mais afetados pela mudança climática, perderiam cerca de 10,9 milhões e 4,4 milhões de postos de trabalho, respectivamente, em relação ao cenário-base, e ambos representariam aproximadamente 35% da perda total de empregos projetada para esse ano.

Dado que, conforme mencionado, o cenário de intensificação dos efeitos da mudança climática não considera a implementação de políticas de mitigação e adaptação, os efeitos adversos sobre o crescimento do PIB e do emprego são maiores do que os que se observariam se essas políticas forem adotadas. Portanto, o resultado da simulação poderia ser interpretado como a perda máxima que poderia ocorrer nessas condições.

Os cenários descritos neste documento mostram que a inação pode custar muito caro e é um luxo que a região não se pode permitir. Para evitar as perdas de crescimento e emprego derivadas do agravamento dos choques climáticos, a região deve articular as políticas de desenvolvimento produtivo, de emprego e macroeconômicas. A implementação de políticas de adaptação e mitigação é fundamental para reduzir os custos que esta intensificação teria sobre a atividade econômica e o emprego na região.

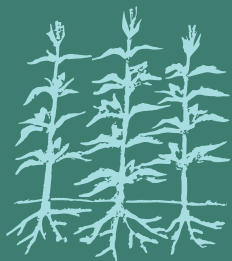
Em diversas oportunidades, a CEPAL reiterou a necessidade de aumentar o investimento, tanto público como privado, para alcançar uma trajetória de crescimento alto, sustentável e inclusivo. Não obstante, a fim de aumentar o investimento, é necessário ampliar o espaço das políticas públicas. Ampliar o espaço da política fiscal para estimular o investimento exige avançar no desenvolvimento de estruturas tributárias progressivas, reduzir a evasão e a elusão fiscal e aplicar mecanismos de reestruturação e alívio da dívida soberana. Por outro lado, o aumento do espaço da política monetária para estimular o investimento requer a ampliação do conjunto de ferramentas (monetárias, cambiais e macroprudenciais) com as quais as autoridades da região contam para assegurar a estabilidade macrofinanceira de suas economias.

Contudo, o esforço de investimento necessário para compensar a perda de produto que a intensificação da mudança climática provocaria supõe aumentar a taxa de investimento mais de 5% anualmente, o que é difícil para uma região cuja taxa de investimento é das mais baixas do mundo e basicamente não se alterou desde 1990. Por isso, a CEPAL assinala a necessidade de ampliar o alcance das políticas de desenvolvimento produtivo, apostando em setores e atividades produtivas específicas para promover seu desenvolvimento, trabalhando com os atores dos territórios e utilizando as iniciativas de clusters para aumentar a eficiência e eficácia dos processos de gestão e colaboração entre os atores.

Por outro lado, as políticas de desenvolvimento produtivo, de mitigação e adaptação em matéria de mudança climática e macroeconômicas devem ser complementadas com políticas ativas de emprego, que fomentem a criação de empregos de qualidade para melhorar as oportunidades de trabalho e facilitar a inserção ou reinserção das pessoas no mercado de trabalho. A região deve impulsionar programas destinados a melhorar as habilidades e competências dos trabalhadores para adaptar-se às necessidades das novas realidades do mercado de trabalho, com iniciativas dirigidas a jovens, mulheres, migrantes e idosos, que constituem os grupos mais vulneráveis nos mercados de trabalho e costumam estar sobrerrepresentados em algumas das atividades mais afetadas pela intensificação dos efeitos da mudança climática. Além disso, é preciso fortalecer as políticas de proteção social e ampliar e melhorar instrumentos como o seguro-desemprego e outros mecanismos que facilitam a transição da desocupação para o emprego.

## Bibliografia

- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2024), *Panorama Fiscal de América Latina y el Caribe, 2024* (LC/PUB.2024/5-P), Santiago.
- FMI (Fundo Monetário Internacional) (2024), *World Economic Outlook. Steady but Slow: Resilience amid Divergence*, Washington, D.C., abril.
- Khadan, J. e K. Temaj (2024), “Metal prices set to remain high in 2024-25”, Banco Mundial, 7 de maio [on-line] <https://blogs.worldbank.org/en/opendata/metal-prices-set-to-remain-high-in-2024-25>.
- OCDE e outros (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e outros) (2023), *Estadísticas tributarias en América Latina y el Caribe 2023*, Paris, OECD Publishing.
- UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) (2024), “Global Trade Update (March 2024)” [on-line] <https://unctad.org/publication/global-trade-update-march-2024>.



O milho, cuja origem se encontra na América, é um dos cereais mais importantes do mundo. Baixo-relevo no caracol do edifício da sede da CEPAL em Santiago.

[www.cepal.org](http://www.cepal.org)

A América Latina e o Caribe estão presos numa armadilha de crescimento que se prolonga por várias décadas e o contexto mundial e regional limita o espaço das políticas macroeconômicas a seu favor. Os resultados do *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2024* mostram uma redução na taxa de criação de postos de trabalho, especialmente empregos formais, sendo que grupos como os jovens, as mulheres, os idosos, os migrantes e as pessoas que vivem em zonas rurais são mais propensos a ter trabalhos informais. Além disso, se não forem adotadas políticas de mitigação e adaptação, uma intensificação dos efeitos da mudança climática causará no médio prazo uma importante redução do número de empregos gerados. Para abordar estes desafios e atenuar os efeitos sobre os mercados de trabalho, a região deve articular políticas de desenvolvimento produtivo e emprego e políticas macroeconômicas, junto com medidas efetivas de adaptação e mitigação da mudança climática. Isto exige um aumento significativo do investimento público e privado, bem como reformas estruturais para promover um crescimento econômico sustentável e equitativo.



Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)  
Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)  
[www.cepal.org](http://www.cepal.org)

